

## A mentalidade renascentista e a tipografia tardia no Brasil

### *The renaissance mentality and the late arrival of typography in Brazil*

**Bolívar Teston de Escobar, Universidade Federal do Paraná**  
bolivarescobar@gmail.com

43

**Adriano Heemann, Universidade Federal do Paraná**  
adriano.heemann@ufpr.br

#### **Resumo**

O atraso da chegada da tecnologia tipográfica, no Brasil, é um tema frequentemente abordado, sobretudo em pesquisas da área da história da imprensa e da história do livro. O presente artigo traz uma revisão bibliográfica da literatura consolidada sobre o assunto, analisando suas contribuições sob a óptica das ciências da tecnologia e sociedade (CTS). O resultado é uma explicitação da mentalidade renascentista que estava em curso na Europa durante o período inicial da colonização do Brasil e, conseqüentemente, os efeitos que tal mentalidade traz para a compreensão da tipografia enquanto elemento de um sistema sociotécnico, do qual decorre não apenas um aumento na produção de livros, mas também novas compreensões em relação à autoridade sobre a palavra escrita.

**Palavras-chave:** Tipografia, Renascimento, Ciências da Tecnologia e Sociedade, Brasil colonial.

#### **Abstract**

*The delay of the arrival of typographic technology in Brazil is a frequently discussed topic, especially researched in the areas of the history of the press and histories of the book. This paper presents a bibliographic review of the consolidated literature on the subject, analyzing its contributions from the perspective of sciences of technology and society (STS). The result is an explanation of the Renaissance mentality that was underway in Europe during the early colonial period in Brazil and, consequently, the outcomes that such mentality brings to the understanding of typography. As an element of a sociotechnical system, not only the production speed of books is affected, but new forms of authority over the written word emerges.*

**Keywords:** *Typography, Renaissance, Sciences of Technology and Society, Colonial Brazil.*



## Introdução

Um problema frequentemente explorado em relação à história da tipografia é sua tardia chegada em território brasileiro. A tecnologia renascentista já era difundida na Europa durante a colonização do Brasil, mas o mapeamento da atividade tipográfica brasileira tem um ponto de partida “seguro” apenas a partir de 1808, quando a família real portuguesa chega a este lado do Atlântico para escapar das invasões napoleônicas. Junto consigo, ela traz os equipamentos tipográficos que viriam a se tornar a fundação da imprensa régia em território colonial, na cidade do Rio de Janeiro. A partir de então, como observa Homem de Melo (2011), é possível iniciar uma “linha do tempo” do design gráfico brasileiro:

Tendo sido confirmada a estrutura em décadas, restava confirmar a abrangência temporal. O início esteve sempre muito claro: no Brasil, as atividades de impressão começaram em 1808; esse ano seria o ponto de partida (...). Ficou assim definido, sem hesitações, que a linha do tempo começaria em 1808 e terminaria no final do século XX. (HOMEM DE MELO, 2011, p. 699)

Entretanto, os três séculos que separam a colonização do Brasil da chegada da família real ocorrem em paralelo à popularização desta tecnologia tanto em terras europeias quanto, com um perceptível contraste, nas colônias hispânicas da América do Sul e Norte. A primeira tipografia no Novo Mundo foi instalada em 1533, no México e, na porção sul do continente, o Vice-Reinado do Peru contava com a mesma tecnologia em funcionamento a partir de 1584 (MELO, 2003).

A impressão com tipos móveis é uma técnica antiga. Na China, seu uso remonta pelo menos desde o século I d.C., empregando como material pedras de jade ou mármore para compor textos a partir dos milhares de ideogramas do mandarim (MEGGS E PURVIS, 2009). No Ocidente, a prática ganhou notoriedade a partir das adaptações do ourives alemão Johannes Gutenberg. Entre 1440 e 1445, Gutenberg modificou algumas prensas locais usadas para o envase de vinhos e criou um conjunto de letras metálicas, uma liga à base de chumbo e estanho, cujas formas buscavam copiar a precisão do traçado caligráfico dos copistas — antes de tal feito, a única maneira de obter uma cópia de algum livro era por meio do trabalho dos monges ou de estudantes das universidades, que também se dedicavam à cópia de códices e pergaminhos (DRUCKER E MCVARISH, 2009).

O intuito de Gutenberg era aplicar a nova tecnologia para conquistar os clientes que melhor pagavam na época: padres, bispos e outros oficiais do clero (MEGGS E PURVIS, 2009). O aspecto modular da prensa permitiu não apenas que as mesmas letras fossem reutilizadas para compor páginas diferentes, mas também que a impressão do livro passasse a ser operada por várias mãos, em um sistema que Drucker e McVarish (2009) identificam como precursor da lógica fabril do capitalismo, onde cada pessoa envolvida se encarrega de uma atividade especializada dentro do sistema.

É nessa indústria primitiva que De Fusco (2019) identifica uma mecanização da “bela escritura”, trazendo o livro para o âmbito da atividade do design. Tal movimento, ainda segundo o mesmo autor, também inicia um deslocamento do artefato produzido pela cópia para um contexto de mercado. A ideia do design gráfico aparece intimamente relacionada ao ofício da impressão também para autores que investigam o, nas palavras de Cardoso (2005a), “design antes do design”, isto é, a atividade projetual gráfica anterior à “consciência do design como



conceito, profissão e ideologia” (p.7). Marcas dessa atividade são compreendidas principalmente como a produção de rótulos, embalagens e efêmeros (bilhetes, *tickets* etc). Mas o livro, enquanto mercadoria, tem uma inserção significativa na economia brasileira apenas após a década 1830, quando avanços tecnológicos que barateavam o processo de impressão se estabeleceram com mais proeminência em território nacional (CARDOSO, 2005b). O livro passa pelo período anterior a tal data, no Brasil, em contraste com seus vizinhos latinos, como um artefato distante, sem sua tecnologia de reprodução presente no contexto colonial.

Martin e Febvre (1997) ressaltam que, apesar das dificuldades financeiras, perseguição religiosa, fraco mercado de leitores e escassez crônica de matérias primas como o papel e a tinta, até o fim do século XV as oficinas tipográficas já eram encontradas em várias cidades nas regiões da França, Suíça, Bélgica, Espanha, Inglaterra e, principalmente, da Itália. Por mais adversas que fossem as condições, a demanda cada vez maior por materiais impressos foi uma constante no período entre a Idade Média e o Iluminismo. Ao fim do século XVI já funcionavam na Europa mais de 1200 oficinas tipográficas (MELO, 2003).

O problema da tipografia tardia no Brasil passa pelas tentativas de implementar a tecnologia no período colonial e que, de alguma forma, acabaram frustradas. Por que o Brasil não teve uma prensa tipográfica oficialmente até o início do século XIX? Há, hoje, uma pesquisa extensa e bastante detalhada sobre o que Moraes (2018) chamava de “sertão inexplorado da bibliofilia”: esses episódios anteriores à vinda da família real receberam atenção de autores que estudam o fenômeno principalmente por seus fatores políticos, isto é, analisando-o a partir da relação da colônia com a metrópole. A imprensa colonial também recebe interpretações focadas em análises sociológicas internas, propondo causas mercadológicas e sociais como determinantes para sua ausência.

Entretanto, há espaço para, nas palavras de Veyne (1982), deixar essa trama mais densa. O objetivo deste ensaio é apresentar uma revisão bibliográfica cuja temática se concentre na investigação dos fatores da instalação tipográfica tardia brasileira, e propor uma abordagem de análise baseada na área dos estudos das Ciências, Tecnologia e Sociedade (CTS). Tal área nos permite tratar a tipografia não apenas como o advento de uma aparelhagem técnica que acelera ou “revolucionaria” a produção do livro e demais artefatos do design gráfico, mas que também sugere, após elencar argumentos sobre o fenômeno da tardia imprensa brasileira, uma análise interpretativa a partir da mentalidade renascentista sobre o papel social do livro e o consumo da palavra escrita que vigorava ao longo do período em questão.

## O contexto do Brasil colonial

A história da tipografia se confunde com a história da imprensa. As pesquisas históricas de Rizzini (1988), Sodré (2007), Molina (2015) e Melo (2003) dedicam à tipografia uma substancial investigação, visto que é a tecnologia que viabiliza, de fato, o negócio da transmissão de notícias e informações em um modo de produção industrial.

É consenso entre tais autores que a primeira iniciativa tipográfica em solo brasileiro se deu por vontade das colônias holandesas assentadas em Recife, em 1642. A pedido de Maurício de Nassau, uma prensa de tipos móveis devia ser instalada na administração da colônia para

facilitar a emissão de despachos e outros papéis. Não há registros de que os holandeses tenham concretizado tais planos: além da dificuldade para encontrar voluntários, o tipógrafo enviado ao Brasil teria morrido durante o trajeto ou ao desembarcar.

Outro notório registro de atividade tipográfica na América do Sul foram as colônias jesuítas que estabeleceram bibliotecas e oficinas de impressão às margens do rio Paraná, por volta de 1700. Segundo Hendrickson (2018), essa poderia ser considerada a primeira tipografia brasileira, por estar localizada na região onde hoje fica o município de Guaíra, no Paraná, mas Hallewell (2012) demonstra certo ceticismo em dar a questão como resolvida: além da ausência de documentação comprobatória, a região em questão era ocupada por missionários que imprimiam materiais na língua espanhola e em guarani, muitas vezes em edições bilíngues. A delimitação do território como pertencente a Portugal só viria depois, com a assinatura do Tratado de Madrid em 1750 — o que deixa esses assentamentos jesuítas-guaranis em suspensão quanto ao seu pertencimento ao Brasil-colônia.

Uma terceira<sup>1</sup> e notável tentativa foi a oficina de Isidoro da Fonseca, no Rio de Janeiro de 1747. O então já bem-estabelecido tipógrafo português teria vindo ao Brasil para continuar seus trabalhos um pouco mais longe dos olhos da Inquisição: além dos autores dos livros, o segundo alvo mais perseguido pelos tribunais do Santo Ofício eram os editores e tipógrafos que imprimiam seus trabalhos (MARTIN E FEBVRE, 1997). Já em terras coloniais, Fonseca instala sua segunda oficina supostamente a pedido do então governador da capitania, o Visconde de Bobadela, e imprime um folheto de 22 páginas intitulado *Relação da Entrada que fez o Excelentíssimo, e Reverendíssimo Senhor D. Fr. Antonio do Desterro Malheyro, Bispo do Rio de Janeiro, em o primeiro dia deste presente Anno de 1747, havendo sido seis Annos Bispo do Reyno de Angola, donde por nomiação de sua Magestade, e Bulla Pontificia, foy promovido para esta Diocesi* (sic), escrito por Antonio Rosado da Cunha e cujo conteúdo trazia a narração da chegada do bispo D. Antonio à cidade do Rio de Janeiro (BARROS, 2012).

O grande problema enfrentado por Fonseca foi o sistema de permissões em atividade relacionado aos livros e materiais impressos. De acordo com Molina (2015), em todas as colônias de Portugal, oficinas tipográficas precisavam obter autorização de três entidades para publicar impressos: o Conselho Geral do Santo Ofício (censura papal), Ordinário da Diocese (censura do bispo), e o Desembargo do Paço (censura do reino). Ou seja, era necessário enviar o material original para ser analisado antes de ser submetido ao prelo. Esse controle surgiu em paralelo à tecnologia tipográfica: os tribunais da Santa Inquisição foram uma resposta à inovação tecnológica da cópia, agora não mais restrito às mãos do clero. Gauz (2013) comenta que a Coroa portuguesa era também extremamente protetiva em relação às informações que poderiam vazar sobre as riquezas e recursos naturais da colônia brasileira. Além disso, na Portugal do século XVI, um dos papéis do livro era dar suporte à legitimação do poder: livros de

---

<sup>1</sup>Há ainda alguns registros sobre a instalação de uma imprensa em Recife suprimida no início do século XVIII. Moraes (2018) menciona que a ordem régia foi emitida em 8 de julho de 1706, Godin e Silva (2020) trocam o mês por junho, Mendes (2007) menciona que o ano, na verdade, foi 1709. Tanto Melo (2003) quanto Hallewell (2012) descrevem que, na verdade, esse registro pode ser uma confusão de datas e que a ordem régia de supressão é a mesma emitida contra a oficina de Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro em 1747. Não há certeza se essa tipografia clandestina de fato existiu, embora Melo (2003) acredite na possibilidade de ela tenha funcionado a partir de 1703.

linhagens eram encomendados, nos quais se registravam os parentescos e, conseqüentemente, as proximidades às fontes de poder. Complexas tramas genealógicas eram então desenhadas, impressas e publicadas, gerando um fenômeno de “inflação nobiliárquica” (SOARES, 2015).

Ao ter notícia da atividade tipográfica de Fonseca, o Rei D. João V emite uma ordem de “desmonte e sequestro” dos equipamentos da oficina. O impressor tenta obter a permissão do rei novamente, em 1750, mas ela lhe é negada. De fato, como comenta Hallewell (2012), essa atitude deixava o ofício do impressor colonial muito custoso e atrelado a uma logística ultramarina que beneficiava tipógrafos e escritores da metrópole.

Para Barros (2012), os documentos de repressão de Fonseca não tiveram relação com a condição “colonial” da cidade. Foi uma questão de ausência de licenças necessárias, ou seja, uma decisão pontual e não uma possível condição política. Entretanto, um pressuposto tende a se perpetuar entre pesquisadores da tipografia é a de que as proibições de 1747 e 1750 se aplicam retroativamente a todo período colonial, como se desde o início houvesse uma proibição expressa da coroa em relação à atividade tipográfica. Alguns autores (MOLINA, 2015; BARROS, 2012; SODRÉ, 2007) compreendem que, embora a tipografia fosse uma atividade extremamente controlada na Europa renascentista, a ausência dessa legislação proibitiva por parte da metrópole significa que outros fatores estariam em jogo para explicar sua ausência no Brasil.

Barros (2012), inclusive, menciona o movimento de renovação historiográfica em relação aos estudos da imprensa colonial, os quais buscam não apenas esclarecer esse mal-entendido, como também demonstrar que

os eventos e a produção letrada estariam intimamente ligados a certos membros de academias portuguesas residentes no Brasil, mas também à própria participação de oriundos da América nessas academias e à organização dessas reuniões de letras no espaço colonial. (BARROS, 2012, p. 25)

O autor completa que a produção escrita colonial, apesar de esparsa, elitista e geograficamente localizada, era muitas vezes pública, notória e tolerada pela metrópole. Sodré (2007), em uma análise centralmente econ mica da imprensa colonial, sugere que o desenvolvimento desta tecnologia esteve sempre ligado ao estabelecimento do capitalismo. Ou seja, graças ao vínculo entre esse modo de produ o e a imprensa, o Brasil não possibilitou que um mercado tipográfico se estabelecesse antes da chegada da família real. Dentre os principais motivos, uma popula o esparsa, predominantemente escravista, pouco densa e majoritariamente não-alfabetizada teria sido pouco convidativa ao negócio da imprensa.

Melo (2003), embora parta do mesmo pressuposto social de Sodré (2007), aponta uma contradi o ao atrelar a populariza o da tipografia ao desenvolvimento do capitalismo: fosse esse o fator determinante, a tecnologia também não teria sido tão difundida na Europa renascentista. Partindo de uma interpreta o funcionalista da tecnologia, Melo define a tipografia a partir do “processo social de comunica o coletiva por meio dela engendrado” (Ibid, p. 111). O autor elenca o que considera serem os sete fatores socioculturais responsáveis pelo seu retardamento: a) natureza feitorial da coloniza o, que limitou economicamente a colônia e, por ser não-urbanizadora, não permitiu o estabelecimento de atividades culturais; b) atraso (sic) das popula es indígenas, cuja não-familiaridade com a linguagem escrita

demandou uma outra dinâmica de evangelização por parte das ordens missionárias, focada em ensinamentos orais, diferente da que estava em curso nas colônias hispânicas; c) predominância do analfabetismo, refletindo o limitado sistema de ensino colonial e a circulação de livros limitada ao público que, eventualmente, se deslocava até a metrópole para estudar; d) ausência de urbanização, o que vai de encontro à natureza citadina da atividade da imprensa; e) precariedade da burocracia estatal, ressaltando o “marasmo administrativo” sob o qual viveu a colônia brasileira, tornando dispensável o aparato técnico relacionado; f) incipiência das atividades comerciais e industriais, ponto no qual o autor reitera que o mercado interno da colônia não se desenvolveu, restringindo apenas aos poucos núcleos urbanos um comércio insignificante; e g) reflexo da censura e do obscurantismo metropolitanos. Nesse ponto em particular, o autor lembra que a atividade censória era prática comum tanto em território da metrópole quanto da colônia. Para Melo (2003), a ausência da tipografia na colônia refletia o atraso de Portugal<sup>2</sup> em relação aos investimentos na educação da própria população.

Tanto sobre os pontos levantados por Sodré (2007) quanto em relação ao sexto elemento elencado por Melo (2003), a ideia da consolidação de um mercado interno no Brasil-colônia é explorada com mais atenção em pesquisas recentes. Lapa (1982) aponta para fatores que tornam o sistema colonial brasileiro mais complexo do que uma relação linear metrópole-colônia pressupõe. Graças a presença de práticas de reexportação (troca de produtos entre colônias), flutuações de mercado e operações logísticas locais como a navegação de cabotagem, o autor sugere a possibilidade de que mercados internos se consolidaram constantemente no Brasil colonial. Soma-se a isso o que De Decca (1995) identifica como uma organização análoga ao sistema das fábricas em atuação na época, sobretudo analisando a lógica produtiva dos engenhos de açúcar: o escravismo colonial era capitalista em sua formatação.

Bragança (2009), tomando partido da análise feita por Melo (2003), reitera que o período colonial é demasiado extenso para que se possa aferir uma única causa a um fenômeno complexo como o estabelecimento tipográfico. A essa complexidade, somam-se algumas observações de Hallewell (2012), a partir do seu amplo tratado sobre a história do livro no Brasil. A começar pelo fato de que pelo menos até o início da onda de imigrações portuguesas provocada pela corrida do ouro em Minas Gerais, a partir do século XVIII, a língua portuguesa não era, de fato, a língua oficial da colônia. A chamada “língua geral”, idioma derivado do tupi falado pelos povos originários e incorporado por variados extratos sociais dos colonizadores ao longo dos primeiros séculos de domínio português (HOLANDA, 2016), era o dialeto de preferência, o que tornava estranha a circulação de livros portugueses entre poucos leitores em potencial. A pouca preocupação administrativa de Portugal é explicada, por Hallewell, como uma consequência do propósito estratégico inicial da colônia: servir como um ponto seguro na rota às colônias “principais”, localizadas nas Índias Orientais (Goa, Macau e, posteriormente, Nagasaki, no Japão). Lá, por sinal, a presença do prelo tipográfico já era uma realidade pelas mãos dos jesuítas, que contavam com a tecnologia como amparo para suas missões evangelizadoras.

---

<sup>2</sup>É importante ressaltar a tendência a cometer imprecisões históricas ao se referir a Portugal ou a qualquer outra nação europeia antes dos movimentos de unificação iniciados no século XIX, principalmente ao comparar umas às outras em termos de avanços políticos ou tecnológicos, conforme bem observa Jacino (2017).

Hallewell (2012) prossegue afirmando também que a crônica escassez de leitores era uma consequência de fatores como o analfabetismo compulsório feminino, um fenômeno herdado dos costumes da Portugal do medievo, relacionado a uma percepção de nobreza. Outro fator era a composição populacional: “Ainda em 1700, o total da população brasileira não ultrapassava os trezentos mil colonos e escravos, espalhados ao longo de seis mil quilômetros de costa” (p. 74). Esse número deve ser encarado também sob a luz dos recentes dados do tráfico de escravos: até o fim do século XVIII, tem-se o registro de mais de dois milhões de escravos desembarcados em terras brasileiras (IBGE, 2000). Um demográfico que, segundo Cunha Jr. (2010), era descaracterizado ao passar a compor a população da colônia. Sofriam um esvaziamento da sua imagem, perdiam o status de “ser pensante” a favor das estruturas sociais já em vigor e, consequentemente, não poderiam fazer parte do restrito público letrado e consumidor de livros.

Esse cenário que, em termos gerais, se desenha como inóspito à tipografia poderia ser caracterizado a partir da mentalidade renascentista que acompanhava o desenvolvimento das tecnologias da época.

### **A mentalidade renascentista e a tipografia tardia no Brasil**

Investigar uma mentalidade é, nas palavras de Burke (1986), dar um foco histórico às atitudes coletivas de um povo, bem como nas percepções inconscientes ou “não-explicitas” carregadas por tais atitudes, analisando-as com uma preocupação maior com crenças e suas categorias e estruturas.

A mentalidade renascentista é um lugar constantemente visitado por historiadores e sociólogos. Sobre o desenvolvimento do pensamento científico, Debus (1978) chama atenção ao sugerir que os conceitos de “racionalismo científico” e “pensamento mágico”, tão comumente postos em oposição (como se a negação do primeiro definisse o segundo) na verdade devem ser analisados pelo caráter complementar pelo qual foram empregados pelos pensadores da época. Essa aparente contradição faz parte, segundo Flores (1993), do modo de ser antitético que representa um mundo social turbulento com suas especificidades econômicas, fortalecimento de noções individuais, novas formas de legitimação de poder e, ao mesmo tempo, as reformas religiosas do século XVI.

Essa busca pela precisão matemática do mundo que, segundo Debus (1978), desencadeou a formação das ciências modernas, era condicionada por uma ontologia que posicionava o ser humano em um local privilegiado entre o céu e a terra, em uma espécie de “hermetismo neoplatônico” que se destinava a unir macrocosmo e microcosmo. Esse novo humanismo, difundido e pregado por figuras proeminentes como o Papa Nicolau V era, porém, o mesmo que definia essa humanidade unificadora como restrita ao cristão europeu, excluindo mouros, árabes, negros (SANTOS, 2022).

Para Soares (2015), três fatores são determinantes para a consciência europeia nos séculos XV e XVI: a queda de Constantinopla em 1453 por Maomé e sua influência crescente no império Otomano; as guerras da Itália e as redefinições dos estados intra-europeus; e o movimento das Descobertas dos Portugueses e Espanhóis, paralelo ao desencadear da Reforma Protestante. A mentalidade renascentista não era homogênea entre todos os povos europeus. Há uma primeira diferença a ser traçada entre os países que mais prontamente aderiram ao

pensamento protestante e aos que se mantiveram alinhados à Igreja Católica, que projetava na península Ibérica um propósito expansionista para o ultramar.

Dado o contexto geral, há fatores que apontam para um certo atraso na chegada da tipografia em território português. Bethell (1990) descreve como “paradoxal” que a expansão imperialista do ultramar tivesse partido de uma nação que se encontrava em plena contração durante o século XIV. Portugal vinha sofrendo de um acentuado encolhimento populacional e uma crise econômica duradoura. Foi quase 40 anos após os primeiros presos aparecerem na Mogúncia que alguns livros, publicados em hebraico, são impressos em Faro, em 1487 (MATOS, 2010). Seus impressores eram judeus imigrantes que logo seriam expulsos por D. Manuel I, em 1496, que também viria a proibir a impressão em caracteres hebraicos como forma de honrar acordos com a Igreja Católica (DIAS, 1988).

Conforme explica Matos (2010), a tipografia teve um início tardio em Portugal, servindo tanto como aliada quanto como ameaça aos ideais expansionistas da Igreja. É apenas a partir do século XVI que a tecnologia se espalha pelo país, sempre enfrentando restrições de materiais como tinta e papel, que precisavam ser importados por não terem estabelecidas manufaturas próprias nas proximidades (ANSELMO, 1997). Dias (1988) comenta que os impressos na gênese da tipografia portuguesa respondiam a um caráter litúrgico e religioso antes de serem vistos como práticas mercadológicas. Objetivo confessional em primeiro plano, econômico em segundo. A Ordem dos Jesuítas, sempre fiel ao seu propósito contra reformista, recebe o monopólio da educação em Portugal a partir de 1555 (SOARES, 2015) — tendo já sua presença na colônia brasileira desde 1549.

Integrados à política colonizadora desde o momento em que a Coroa Portuguesa decidiu pela ocupação espacial da América (BOSCHI, 1991), os jesuítas representam o ramo mais significativo da mentalidade renascentista a operar sobre o Brasil entre os séculos XVI e XVIII. A atuação dos jesuítas é o catalisador do fenômeno descrito por Bethell (1990) como a incorporação das populações autóctones pelos invasores europeus. A conquista espanhola se iniciou no Caribe e partiu dos próprios assentamentos espanhóis locais para avançar pelo continente. Uma vez localizadas as avançadas cidades de Teotihuacán (México) e, mais de 20 anos depois, Cusco (Peru), os espanhóis empregam um movimento de conquista e aproveitamento da infraestrutura dos povos originários. A presença de livros traduzidos para o *nahuatl*, a língua falada antes da invasão espanhola pelos nativos do império asteca, mostra que os esforços dos colonizadores para a conversão e a presença de um público familiarizado com a leitura (NÁJERA, 2012)<sup>3</sup>.

Em solo brasileiro, os jesuítas são movidos pelo mesmo ímpeto evangelizador, mas se deparam com uma cultura indígena baseada apenas na transmissão oral do conhecimento. A partir desse fato, pesquisadores como Melo (2003), Hallewell (2012), Cravens (2019) e

---

<sup>3</sup>Um ponto levantado por Nájera (2012) e que abre espaço para uma pesquisa mais aprofundada é a diferença na visão sobre a população autóctone entre as ordens religiosas encarregadas das missões de evangelização. Para a maioria de franciscanos engajada nesse ofício nas colônias espanholas, a visão de mundo indígena era uma manifestação da escatologia cristã na organização das sociedades pré-colombianas. Segundo a mesma autora, a Ordem Franciscana intencionava proteger a população indígena da influência hispânica e muitas vezes tentava persuadi-los a buscarem uma formação republicana separada dos colonizadores, adquirindo status de inspiração para movimentos dissidentes.

Hendrickson (2018) identificam nas várias estratégias adotadas pelos missionários (desde a fundação de aldeias educacionais até a transliteração das línguas locais) um mesmo distanciamento da necessidade da tipografia para auxiliar o trabalho de conversão religiosa.

Com pouco ou nenhum incentivo para acelerar ou disseminar essa pequena produção escrita, os jesuítas mantêm a cópia à mão como método de reprodução mais eficaz dos seus manuais de doutrinação, formando bibliotecas litúrgicas abastecidas por importações da metrópole, restritas a um público composto pelos membros da própria Ordem (CRAVENS, 2019). Os missionários da companhia de Jesus viriam a ser expulsos dos territórios coloniais, sob orientação do Marquês de Pombal, em 1759, e seus acervos, por consequência, são subitamente abandonados, ocasionando uma perda significativa dos registros do livro e da tipografia no Brasil antes da chegada da família real (GAUZ, 2013).

## Discussão

É neste súbito “vazio educacional” deixado pela expulsão dos jesuítas que Barros (2012) compreende a mudança de mentalidade em curso em Portugal, representada pelas reformas pombalinas, iniciadas após as ordens de fechamento das atividades tipográficas de Isidoro da Fonseca entre 1747 e 1750. Tendo início em 1768, essas reformas denunciavam as suspeitas de interferência dos jesuítas nas administrações coloniais e projetavam um ideal de império luso-brasileiro, atrelando ainda mais as elites coloniais enriquecidas pelo ouro mineiro aos propósitos da Coroa. O livro, agora entendido como recurso informacional, atinge a esfera de compreensão iluminista portuguesa, que não antagonizava com a Igreja, mas com a Ordem dos Jesuítas especificamente (BOSCHI, 1991). O artefato ganha um papel de consolidação de pensamento: a ideia da possibilidade da “leitura nociva” faz com que a Mesa Censória, implementada nas reformas, passasse a controlar ainda mais a circulação da palavra (BOSCHI, 1991).

Barros (2012) complementa sugerindo que o aumento da produção de informações a respeito dos livros resultara de um novo modo de governar, “moderno”, ciente das novas formas de especialização técnica e do seu impacto político:

Uma das consequências da reforma pombalina foi a ampliação considerável das fontes a respeito da situação do livro – circulação, comércio e presença na vida privada – a partir da segunda metade do século XVIII português, o que dificulta o acesso ao “universo do livro” na América colonial antes de 1750. (BARROS, 2012, p. 33)

A censura, nesse contexto, assume um aspecto de mecanismo preventivo contra uma leitura sem “mediadores autorizados” (BARROS, 2012), em oposição ao descaso administrativo anterior que, aliado à desvalorização da tecnologia pelos missionários jesuítas, à precariedade logística (HALLEWELL, 2012) e ao restrito público<sup>4</sup> (MELO, 2003), agiram como fatores que impediram um cultivo de um “mercado do livro” na colônia.

---

<sup>4</sup>Embora o mercado interno da colônia fosse uma realidade, o público leitor não a era. Entretanto, é preciso cautela para não cair em uma espécie de “lógica circular”: é a presença do livro que cria os leitores, ou é o surgimento da leitura que gera a demanda pelo livro? O público europeu, no início da atividade tipográfica no século XV, também era majoritariamente não alfabetizado, mas isso não impediu que a transmissão da palavra escrita se tornasse uma prática comum.



O fator em questão é, portanto, uma transição do status do livro durante a mentalidade renascentista, cuja entrada no território do Brasil passou a estar atrelada à condição de uma elite colonial que deveria estar próxima intelectualmente da população letrada da metrópole. O livro sofre uma lenta passagem de objeto devocional representado pelo códice medieval (DRUCKER E MCVARISH, 2009), em cujas cópias exatas das palavras se encontrava um elemento de significado sobretudo religioso, para o livro enquanto veículo de transformação educacional (CERTEAU, 1994), capaz de formar em torno de si o processo de construção de uma “civilização escrita” (BOUZA, 2018).

Isso posto, a mentalidade tecnológica renascentista desafia algumas noções que são compartilhadas por estudiosos da tipografia. Uma das mais comuns é transpor a noção defendida por Drucker e McVarish (2009) do papel fundamental que a tecnologia teve nos movimentos de revolução política na Europa para o além-mar: por permitir a disseminação de panfletos e outros materiais partidários, a tipografia teria sido uma peça na engrenagem das transformações sociais europeias. Teria valor igualmente revolucionário, na América Hispânica, a presença do prelo tipográfico? Pesquisas recentes (GRIFFIN, 2010, e MARTÍNEZ, 2010), cujo corpo documental compreende sobretudo os catálogos das bibliotecas e acervos privados coloniais, lançam olhares céticos sobre essa tese. Primeiramente, o caráter do material impresso nas colônias era muito mais religioso e enciclopédico, distante dos escritos de tom político-revolucionário franceses. Além disso, a circulação restrita entre grupos de elite deixava a leitura cumprindo um papel social dificilmente abrangente a ponto de incitar movimentos: para Martínez (2010), o “revolucionismo tipográfico” é promovido retrospectivamente, como resultado, e não como causa dos movimentos de independência das colônias espanholas. No Brasil colonial, os movimentos revoltosos anteriores à vinda da Família Real dos quais se tem registro (Guerra dos Emboabas em 1708, Inconfidência Mineira em 1789 etc), além das várias insurreições de escravos, são fatores que corroboram para essa contestação.

Outra associação comumente estabelecida é a de que a presença da atividade tipográfica, pelo contexto renascentista do seu surgimento, simboliza um “avanço” cultural ou uma ideia de progresso intelectual fomentado pela presença da palavra não apenas escrita, mas facilmente reproduzida. Rossi (2001) sugere cautela ao abraçar o “mito da Idade Média”, como uma época de barbárie e atraso intelectual. Esse mito é uma construção humanista que encontra recepção favorável entre os entusiastas da tecnologia, mas que não condiz com a realidade histórica.

A consequência é que esse tipo de associação acaba por invisibilizar métodos de transmissão de conhecimento oral, formas alternativas de gravação de mensagens escritas e restringe o campo de estudo tipográfico aos seus limites tecnológicos, passando ao largo dos fatores sociais envolvidos no desenho das letras ou no projeto do texto escrito. A pesquisa de Barros (2012) sugere, como ponto de partida, considerar que a associação entre produção de livros e desenvolvimento intelectual/social são concepções ligadas ao movimento iluminista.

Esses dois problemas compartilham de uma mesma lógica perpetrativa: o que Edgerton (1999) chama de “determinismo tecnológico”. Para o autor, essa é uma forma tendenciosa de abordar assuntos tecnológicos, como se as tecnologias em uso fossem o aspecto determinante de uma sociedade. Nesse sentido, a tecnologia passa a atuar como uma espécie de “guia” que orienta um progresso civilizacional impulsionado pela inovação. A correlação entre o avanço da

tecnologia tipográfica e o desenvolvimento cultural de um povo ou grupo social poderia ser não apenas fruto de uma mentalidade iluminista sobre o letramento, como também um sintoma de uma historiografia tecnológico-determinista por parte de estudiosos da tipografia.

### **Considerações finais**

Na área do Design Gráfico, a tipografia aparece não apenas como uma tecnologia explorada projetualmente, mas como uma disciplina que, derivada dessa nova forma de produção textual, se debruça sobre diversas possibilidades de estilo e materialização de artefatos comunicacionais.

Quando o design usa a interpretação da censura ao impresso tipográfico como forma de delimitar seu corpo de materiais considerados válidos para uma historiografia da tipografia brasileira, acaba desconsiderando o que circulava antes da imprensa régia. Isso inclui materiais de ordem manuscrita, além dos produtos do âmbito textual que circulavam entre os não-letrados, seja por forma de tradição oral em cantatas e congregações, ou por maneiras que escapam ao discurso tipográfico encerrado a esse determinismo tecnológico, o qual se vale da mecanização do processo de escrita como demarcação para a essa área de estudos.

A revisão bibliográfica aqui apresentada propõe uma discussão entre historiadores do letramento, do pensamento renascentista e da história da técnica e da tecnologia. Apresentamos estudos que tentaram mapear as esparsas manifestações tipográficas anteriores à chegada da Família Real em 1808, que por sua incipiente documentação acabam fugindo dos recortes historiográficos. Tais estudos usam os desenhos conhecidos da sociedade colonial brasileira como plano de fundo para justificar a tardia adoção da tecnologia tipográfica em território nacional. Fatores de ordem econômica, política, de composição populacional e de dinâmicas educacionais permeadas pelo aparato regulador da religião católica somam-se à proposta da inclusão de uma mentalidade renascentista em vigor na metrópole. Características de uma época contraditória, complexa e que começa a fazer uma ponte para o pensamento moderno recaem sobre o lento movimento do livro, um artefato-chave para o entendimento dessa mentalidade, em sua reinterpretação: de objeto devocional para material informacional. Estendendo essa discussão ao design, a partir do momento em que a popularização da atividade tipográfica é analisada, torna-se compreensível assimilar tal atividade não apenas no entorno da tecnologia e seus elementos, mas sim em relação ao amplo sistema sociotécnico no qual ela se insere: o livro posto entre seus insumos, suas letras, seus transportadores, seus vendedores, seus consumidores, seus árbitros e as novas formas de socialização resultantes disso.

Desse modo, a tipografia passa a ser entendida não somente pelo seu valor funcional, isto é, pela otimização do tempo de produção de impressos, mas também pelo caráter simbólico que uma tecnologia desempenha em um sistema social. Nesse caso específico, a tipografia, no panorama da mentalidade renascentista, assume um papel intermediador entre autor e audiência, criando novos espaços para o exercício de autoridades balizadoras da leitura. Um papel anteriormente ocupado pela religião, mas que aos poucos se desdobra a outros usos no percurso da secularização da informação escrita.

### **Agradecimentos**

Esta pesquisa é realizada com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## Referências

- ANSELMO, Artur. **Estudos da História do Livro**. Lisboa: Guimarães Editores, 1997. 189 p.
- BARROS, Jerônimo Duque Estrada de. **Impressões de um tempo: a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro (1747-1750)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- BETHELL, Leslie. **Historia de América Latina**. América Latina Colonial: La América Precolombina Y La Conquista. Barcelona: Editorial Crítica, v. 1, 1990.
- BOSCHI, Caio César. A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. **Revista Estudos Históricos**, v. 4, n. 7, p. 100-111, 1991.
- BOUZA, Fernando. **Del escribano a la biblioteca: la civilización escrita europea en la Alta Edad Moderna (siglos XV-XVII)**. Madrid: Ediciones Akal, 2018.
- BRAGANÇA, Anibal. Antecedentes da instalação hipertardia da tipografia ao Brasil (1747-1808). **FLOEMA. Caderno de Teoria e História Literária**, a. III, n. 5a, p. 113-135, 2009.
- BURKE, Peter. Strengths and Weaknesses of the History of Mentalities. **History of European ideas**, v. 7, n. 5, p. 439-451, 1986.
- CARDOSO, Rafael. Introdução. In: CARDOSO, Rafael (org.). **O design brasileiro antes do design: aspectos da história gráfica, 1870-1960**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2005a. p. 7-19.
- \_\_\_\_\_. O Início do design de livros no Brasil. In: Cardoso, Rafael (org.). **O design brasileiro antes do design: aspectos da história gráfica, 1870-1960**. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2005b. p. 160-196.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Petrópolis, Ed. Vozes, 1994.
- CRAVENS, Marlena Petra. "Eumato": The Linguistic and Religious Rewriting of the Tupí under Portuguese Missionary Rule (1555-1630). **Tusaaji: A Translation Review**, v. 7, n. 1, p. 1-24, 2019.
- CUNHA JR., Henrique. **Tecnologia africana na formação brasileira**. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.
- DE DECCA, Edgar Salvadori. **O nascimento das fábricas**. São Paulo: Brasiliense, 1995. 78p.
- DE FUSCO, Renato. A Imprensa como Design. In: DE FUSCO, R. **História do Design**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019, p. 18-33.
- DEBUS, Allen G. **Man and Nature in the Renaissance**. Londres: Cambridge University Press, 1978.
- DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho. A ideologia religiosa e os começos da imprensa em Portugal. **Revista de História**, 08, 1988, p. 159-168, 1988.
- DRUCKER, Johanna; MCVARISH, Emily. **Graphic design history: A critical guide**. Prentice Hall, 2009.
- EDGERTON, David. From innovation to use: Ten eclectic theses on the historiography of technology. **History and Technology: An International Journal**, Filadélfia, v. 16, n. 2, p. 111-136. 1999.



FLORES, Sergio. El Conquistador Español y la Mentalidad Renacentista, siglos XV y XVI. **Revista Notas Históricas y Geográficas**, n. 5-6 p. 113-144, 1993.

GAUZ, Valéria. Early printing in Brazil. **Bulletin du bibliophile**, n. 1, p. 23-47, 2013.

GODIN, Juliana; SILVA, Sérgio Antônio. Atividade editorial no Brasil: primórdios da produção tipográfica e circulação de impressos no país. **Anais do Colóquio Internacional de Design**, Edição 2020, s.p., 2020.

GRIFFIN, Clive. La primera imprenta en México y sus oficiales. In: GARCÍA, Idalia; RAMIREZ, Pedro Rueda (orgs). **Leer en tiempos de la colonia**: imprenta, bibliotecas y lectores en la Nueva España. México: UNAM/ Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2010, p. 3-20.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: Sua História**. 3a edição, São Paulo: Edusp, 2012.

HENDRICKSON, D. Scott. Early Guaraní Printing: Nieremberg's De la diferencia and the Global Dissemination of Seventeenth-Century Spanish Asceticism. **Journal of Jesuit Studies**, v. 5, n. 4, p. 586-609, 2018.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**: Edição crítica e comemorativa de 80 anos. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HOMEM DE MELO, Chico; RAMOS, Elaine. Crônica do Processo de Trabalho. In: HOMEM DE MELO, Chico; RAMOS, Elaine. **Linha do tempo do design gráfico no Brasil**. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 698-707.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros#:~:text=No%20continente%20americano%2C%20o%20Brasil,%C3%A9%20exatamente%20para%20ser%20comemorada>. (Acesso em 25/09/2022)

JACINO, Ramatis. Que morra o “homem cordial”: Crítica ao livro Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda. **Sankofa** (São Paulo), v. 10, n. 19, p. 33-63, 2017.

LAPA, José Roberto Do Amaral. **O antigo sistema colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MARTIN, Henri-Jean.; FEBVRE, Lucien. **The Coming of the Book**: The Impact of Printing 1450-1800. Londres, Reino Unido: Verso, 1997.

MARTÍNEZ, Teodoro Hampe. La historiografía del libro en América hispana: un estado de la cuestión. In: GARCÍA, Idalia; RAMIREZ, Pedro Rueda (orgs). **Leer en tiempos de la colonia**: imprenta, bibliotecas y lectores en la Nueva España. México: UNAM/ Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2010, p 55-72.

MATOS, Manuel Cadafaz de. Três momentos para o estudo dos primórdios da imprensa bíblica (judaica e cristã) em Portugal o período de 1487-1495. 2009. In: A Bíblia e suas Reedições em Língua Portuguesa. **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**, pp. 143-179. Porto (PT): Sociedade Bíblica, 2010.

MEGGS, Philip B.; PURVIS, Alston W. **História do design gráfico**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

MELO, José marques de. **História Social da Imprensa**: fatores socioculturais que retardaram a implantação da imprensa no Brasil. 2a Edição, Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

MENDES, Jairo Faria. O Centenário da primeira impressão mineira. In: **V Congresso Nacional De História Da Mídia**. Intercom, Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. São Paulo, 2007.

MOLINA, Martín M. **História dos jornais no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.



MORAES, Rubens Borba De. **O bibliófilo aprendiz**: prosa de um velho colecionador para ser lida por quem gosta de livros, mas pode também servir de pequeno guia aos que desejam formar uma coleção de obras raras, antigas ou modernas. 5a Edição, São Paulo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, 2018.

NÁJERA, Luna. Contesting the Word: The Crown and the Printing Press in Colonial Spanish America, **Bulletin of Spanish Studies**, 89:4, p. 575-596, 2012.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822**: com um breve estudo geral sobre a informação: meios de comunicação, correio, catequese, ensino, sociedades literárias, maçonaria, etc. Imprensa Oficial do Estado, 1988.

ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Bauru; SP: EDUSC, 2001.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo Brasileiro: Uma História da Formação do País**. São Paulo: Todavia Livros, 2022.

SOARES, Nair Castro. **Conflitos e traumas no Renascimento em Portugal**. Humanitas, v. 67, p. 131-168, 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 3a edição, Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história**. 2ª edição. Brasília: UnB, 1982.

## Sobre os autores

### **Bolívar Teston de Escobar**

Designer Gráfico formado pela UFPR, Mestre em Design de Sistemas de Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Design da UFPR e atualmente doutorando na linha de Teoria e História do Design pela mesma instituição.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0573-4284>

### **Adriano Heemann**

Professor Adjunto do Departamento de Design da Universidade Federal do Paraná (UFPR); professor permanente do Programa de Pós-graduação em Design nos cursos de mestrado e doutorado em Design; líder do grupo de pesquisa Design Colaborativo e Cocriação (CNPq)